

-----ACTA 9/2010-----

-----Da Reunião Extraordinária de 15 de Abril de 2010----

-----Aos quinze dias do mês de Abril do ano de dois mil e dez nesta cidade de Almeirim, na Sala de Reuniões do Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Almeirim, encontrando-se presente a Assistente Administrativa, Maria João André Escrevente, compareceram para a reunião de hoje, os membros da Câmara Municipal deste Concelho, os Senhores:-----

-----Presidente da Câmara, José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes e Vereadores, Pedro Miguel César Ribeiro, Francisco Manuel Maurício do Rosário, José Carlos da Silva, Maria Emília Castelo Arsénio Botas Moreira e Maria de Fátima Rodrigues Pina Cardoso.-

-----Sendo dez horas assumiu a presidência o Senhor Presidente da Câmara, após a que os restantes autarcas tomaram os seus lugares, tendo aquele declarado aberta a reunião.-----

-----PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

-----O Senhor Presidente propôs ao Executivo a retirada do assunto referente à Empresa LT, Sociedade de Reabilitação Urbana, EM., porque falta completar o processo de análise dos documentos.-----

-----O Executivo concordou por unanimidade retirar o assunto da Ordem de Trabalhos.-----

-----APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO "RELATÓRIO" E "DOCUMENTO" DE PRESTAÇÃO DE CONTAS REFERENTE AO ANO DE 2009 - O Senhor Presidente apresentou a seguinte proposta: "Nos termos da alínea e) do nº 2 do artigo 64º da Lei 169/99 com a redacção que lhe foi dada pela Lei nº 5-A/2002, proponho a aprovação dos documentos relativos à Prestação de Contas referente ao Exercício de 2009."-----

-----Com a presença de Maria do Rosário Almeida, Técnica Superior de Contabilidade, em funções na Secção de Contabilidade foi posto à discussão o Relatório e o Documento de Prestação de Contas para o ano de dois mil e nove, que foi previamente

distribuído por todos os Autarcas.-----
-----Não havendo perguntas, o Senhor Presidente pôs à votação os documentos acima indicados, tendo ambos sido aprovados por maioria, com cinco votos a favor da bancada do PS e o voto contra e de vencido do Senhor Vereador Francisco Maurício, que leu a intervenção que abaixo transcrevo e cuja cópia me entregou: "Com a entrada em vigor (1 de Janeiro de 2007) da Lei 2/2007 de 15 de Janeiro que aprovou a Lei das Finanças Locais, introduziu deveres e obrigações que os órgãos das Autarquias tem de dar cumprimento, nomeadamente no tocante alguns princípios (artº 4º):5. O princípio da transparência orçamental como no dever de estas prestarem aos cidadãos, de forma acessível e rigorosa, informação sobre a sua situação financeira.6. O princípio da transparência na aprovação e execução dos orçamentos dos municípios e das freguesias aplica-se igualmente à informação financeira respeitante às associações de municípios ou de freguesias, bem como às entidades que integram o sector empresarial local, concessões municipais e parcerias público-privadas.-----
-----A Lei 2/2007 de 15 de Janeiro que aprovou a Lei das Finanças Locais, revogando a Lei 42/98, de 6 de Agosto, e entrou em vigor no dia 1 de Janeiro de 2007 (artº65), estipula no seu artº 46º (Consolidação de contas)":-----
-----1. Sem prejuízo dos documentos de prestação de contas previstos na lei, as contas dos municípios que detenham serviços municipalizados ou a totalidade do capital de entidades do sector empresarial local, devem incluir as contas consolidadas, apresentando a consolidação do balanço e da demonstração de resultados com os respectivos anexos explicativos, incluindo, nomeadamente, os saldos e fluxos financeiros entre as entidades alvo de consolidação e o mapa de endividamento consolidado de médio e longo prazos.-----
-----2. Os procedimentos contabilísticos para a consolidação dos balanços dos municípios e das empresas municipais ou intermunicipais são os definidos no POCAL."-----
-----De acordo com o estipulado no n.º 2 do ponto 2.

"Considerações Técnicas do POCAL" define os documentos de prestação de contas das autarquias locais que remetem as contas ao Tribunal de Contas. São eles: - Balanço; Demonstração de resultados; Mapas de execução orçamental; Anexos às demonstrações financeiras; Mapa de endividamento de médio longo prazo; Relatório de gestão. Norma de controlo interno e suas alterações; Síntese das reconciliações bancárias; Relação nominal dos responsáveis. Acresce ainda que de acordo com, o nº2 do Artigo 47º da Lei 2/2007 de 15 de Janeiro "As contas dos municípios e das associações de municípios que detenham participações no capital de entidades do sector empresarial local são remetidas ao órgão deliberativo para apreciação juntamente com o certificado legal das contas e o parecer sobre as contas apresentados pelo revisor oficial de contas ou sociedade de revisores oficiais de contas"; E, ainda nos termos do artº 48º nº 1 da lei citada "As contas anuais dos municípios e das associações de municípios que detenham capital em fundações ou em entidades do sector empresarial local devem ser verificadas por auditor externo", sendo que as suas competências estão prevista no nº 3 deste mesmo artigo 48º. "Compete ao auditor externo que procede anualmente à revisão legal das contas: a) Verificar a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;-----
-----b) Participar aos órgãos municipais competentes as irregularidades, bem como os factos que considere reveladores de graves dificuldades na prossecução do plano plurianual de investimentos do município;-----
-----c) Proceder à verificação dos valores patrimoniais do município, ou por ele recebidos em garantia, depósito ou outro título;-----
-----d) Remeter semestralmente ao órgão deliberativo do município ou da entidade associativa municipal, consoante o caso, informação sobre a respectiva situação económica e financeira;-----
-----e) Emitir parecer sobre as contas do exercício, nomeadamente sobre a execução orçamental, o balanço e a

demonstração de resultados consolidados e anexos às demonstrações financeiras exigidas por lei ou determinados pela assembleia municipal.-----

-----De acordo com a Lei 53-F/2006 de 29 de Dezembro "O sector empresarial local integra as empresas municipais, intermunicipais e metropolitanas, doravante denominadas «empresas”(Artigo 2º, nº 1).”-----

-----Às dez horas e vinte minutos entrou o Revisor Oficial de Contas, Dr. João Careca da Empresa Martins Pereira.-----

-----O Autarca orador continuou o seu discurso: "Assim, a obrigatoriedade de envio das empresas municipais, na prestação de contas, encontra-se no Artigo 27º da Lei 53-F/2006 de 29 de Dezembro que aprovou o regime jurídico do sector empresarial local, como um dever especial de informação: "Sem prejuízo do disposto na lei comercial quanto à prestação de informações aos titulares de participações sociais, devem as empresas facultar os seguintes elementos à câmara municipal, ao conselho directivo da associação de municípios ou à junta metropolitana, consoante o caso, tendo em vista o seu acompanhamento e controlo: a) Projectos dos planos de actividades anuais e plurianuais; b) Projectos dos orçamentos anuais, incluindo estimativa das operações financeiras com o Estado e as autarquias locais; c) Documentos de prestação anual de contas; d) Relatórios trimestrais de execução orçamental; e) Quaisquer outras informações e documentos solicitados para o acompanhamento da situação da empresa e da sua actividade, com vista, designadamente, a assegurar a boa gestão dos fundos públicos e a evolução da sua situação económico-financeira. De acordo com a alínea c) do nº 1 conjugado com alínea c) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, todos os instrumentos de prestação de contas das empresas municipais devem ser remetidos às Assembleias Municipais: a) Balanço; b) Demonstração dos resultados; c) Anexo ao balanço e à demonstração dos resultados;

d) Demonstração dos fluxos de caixa; e) Relação das participações no capital de sociedades e dos financiamentos concedidos a médio e longo prazos; f) Relatório sobre a execução anual do plano plurianual de investimentos; g) Relatório do conselho de administração e proposta de aplicação dos resultados; h) Parecer do revisor oficial de contas. Bem assim como de acordo com o nº 4 do artº 29 da Lei 53-F/2006 de 29 de Dezembro" O relatório anual do conselho de administração, o balanço, a demonstração de resultados e o parecer do revisor oficial de contas são publicados no boletim municipal e num dos jornais mais lidos na área." e do nº 5 "O registo da prestação de contas das empresas é efectuado nos termos previstos na legislação respectiva".-----

-----O Senhor Vice Presidente ditou a seguinte declaração: "Votei a favor tendo por base os documentos apresentados e tendo também uma confiança nos documentos técnicos elaborados pelos nossos serviços. Denoto que no período de discussão destes documentos que são fundamentais para a Autarquia não tenha existido quaisquer pedidos de esclarecimento, esperando-se apenas pela declaração de voto para manipular e truncar as leis com interpretações inviezantes das mesmas. Gostava ainda de referir que a esmagadora maioria do tempo que refere estas contas, dois mil e nove, foi sufragada em Outubro último pela população do Concelho de Almeirim. Por último gostava de referir que a esmagadora maioria dos gastos são com o objectivo de fazer obras, aproveitando dinheiro do QREN, pelo que estou convencido, que o Concelho de Almeirim, como alias vem sendo habito, tem uma das maiores taxas de execução da Região e do País."-----

-----O Senhor Vereador José Carlos subscreve as palavras do Senhor Vice Presidente.-----

-----Às dez horas e trinta minutos, entrou o Senhor Vereador José Manuel Aranha Figueiredo.-----

-----O Senhor Presidente afirmou que pediu ao Revisor Oficial de Contas, adiante designado de ROC, que o convidou a estar presente que se pronunciasse sobre o relatório em discussão. ---

-----O Senhor Vereador Francisco Maurício pôs em dúvida a oportunidade da intervenção do ROC depois de já terem sido votadas as contas, mas o Senhor Presidente insistiu porque no seu entender podiam tirar dúvidas que alguém quisesse pôr e o testemunho de uma entidade exterior e certificada, seria útil.-

-----O Senhor Presidente referiu: "Sempre assim tem sido feito para completo esclarecimento da Vereação sobre as contas da Câmara."-----

-----O ROC começou por dizer que no seu entendimento só havia lugar a emissão do seu relatório sobre as contas depois de serem aprovadas pelo Executivo porque o interesse era enviar o relatório à Assembleia Municipal. Afirmou que já tinha analisado oitenta por cento dos movimentos contabilísticos da despesa e da receita e que tudo tinha encontrado conforme a lei e as normas contabilísticas e que por isso ia propor a aprovação das contas. Referiu: "Este ano, a Câmara tem tido o cuidado de corrigir a previsão das contas, com os subsídios de férias como no ano anterior tinha focado no relatório. Como já não existe a ALDESC não há empresa participadas a cem por cento pela Câmara pelo que não há lugar à consolidação das contas." No que refere à informação financeira, esta mereceu a sua boa opinião.-----

-----O Senhor Presidente ditou a seguinte declaração de voto:"Votei a favor da prestação de contas agora em apreciação, porque se trata de um primeiro documento que refere com verdade a situação das contas de dois mil e nove.-----

-----A competência e dedicação dos funcionários da Câmara que têm à sua responsabilidade a elaboração destes documentos, leva-me a que com o meu voto favorável reconheça a qualidade do trabalho por eles prestado.-----

----Por outro lado, com a presença do Revisor Oficial de Contas, que entretanto entrou na reunião, e a quem dei a palavra com a intenção de com outro testemunho de entidade exterior poder dar a certeza de que o documento nos revela com verdade a situação

das contas da Câmara. Entendi que, com este testemunho se contribui para o esclarecimento e transparência com que sempre se tem apresentado as contas aos elementos do Executivo, e não com objectivos políticos. Quero dizer que com o testemunho do ROC, que afirma já ter assinalado oitenta por cento dos movimentos processados na contabilidade e acompanhado a evolução da receita e da despesa, e nos registos nela contidos. As contas têm sido registadas com verdade. É de registar mesmo, que o ROC reconhece haver agora um trabalho mais perfeito do que em anos anteriores. Tudo o que acabo de dizer, contraria a declaração de voto do MICA, que mais uma vez, foi elaborada com intenções meramente políticas e revelando uma incompetência que já vem sendo de hábito por parte de quem a elabora. Passo a fazer considerações sobre o Relatório de Gestão, também já votado e que no fundo é a grande causa da declaração de voto do MICA, porque é difícil ser oposição num Executivo que sucessivamente vem resolvendo cabalmente as necessidades da população e melhorando em todos os aspectos a imagem do nosso Concelho".-----

-----O Senhor Vereador Francisco Maurício pediu a palavra em defesa da sua honra, disse: "Quero notar que as incompetências referidas pelo Senhor Presidente e as intervenções referidas pelo Senhor Vereador Pedro Ribeiro acerca da minha declaração de voto, correspondem a factos com a respectiva indicação das páginas onde figuram."-----

-----O Senhor Vereador Aranha Figueiredo pediu uso da palavra e disse:"Peço desculpa por ter chegado às dez e trinta, estou prejudicado pelo facto de não ter participado na votação de um documento tão importante. Não perco muito tempo pois a minha opinião será transmitida na próxima reunião pública. Percebendo a lógica do ROC, estamos num organismo publico, mesmo que alguns dos elementos do Executivo dominem esta matéria, precisam de alguém de fora que venha dizer que aprovem as contas porque elas reflectem com verdade a actividade do Município no ano a que dizem respeito".-----

-----O assunto foi será remetido à Assembleia Municipal pelo

Gabinete do Senhor Presidente, dado que a funcionária que secretariou a reunião não teve acesso aos documentos.-----

-----PROPOSTA DE REVISÃO ORÇAMENTAL - O Senhor Presidente apresentou a proposta como segue: "Considerando que com a aprovação das Contas de dois mil e nove se cria a possibilidade de utilizar o saldo da Gerência;-----

-----Considerando que as rubricas reforçadas se referem a investimentos financiados pelo Feder;-----

-----Considerando que quanto mais céleres nós formos melhor execução conseguimos;-----

-----Proponho:-----

-----A aprovação da proposta de Revisão Orçamental para que se possa enviar à Assembleia Municipal."-----

-----O Senhor Vereador Francisco Maurício pediu a retirado deste assunto da Ordem de Trabalho e afirmou que caso o assunto siga para votação, retirar-se-à da sala, e acrescentou: " O Movimento que represento não entende a inclusão deste ponto na Ordem de Trabalhos, sem que estas contas sejam previamente aprovadas, quer pela Assembleia Municipal, quer pelo Tribunal de Contas. Seguramente pensamos que se trata de alguma jogada, cujo objectivo não conseguimos compreender, pelo que o MICA, não participará na deliberação deste ponto, caso o Senhor Presidente insista, como é seu hábito, em não o retirar da Ordem de Trabalhos, como propomos e passar à sua votação."-----

-----O Senhor Presidente pôs o assunto a votação, tendo o Senhor Vereador Francisco Maurício se ausentado da sala.-----

----- Posto o assunto a votação, foi o mesmo aprovado com cinco votos a favor da bancada do PS, e o voto contra do Vereador da CDU.-----

-----O Senhor Vereador Aranha Figueiredo disse:"Acho que se deveria deixar a Assembleia Municipal aprovar o Relatório o e documento de Prestação de Contas, e só depois deveria ser apresentada a alteração de revisão."-----

-----O assunto foi remetido à Assembleia Municipal.-----

-----Entrou o Senhor Vereador Francisco Maurício.-----

-----APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE REGULAMENTO MUNICIPAL E TABELA DE TAXAS E LICENÇAS- O Senhor Presidente distribuiu previamente pelo restante Executivo o Regulamento e Tabela de Taxas do Município de Almeirim que junto se anexa a esta acta e dela faz parte integrante.-----

-----O Senhor Vereador Aranha Figueiredo pergunta se no documento apresentado, são reflectidas todas as taxas que o Município cobra.-----

-----O Senhor Vice Presidente respondeu afirmativamente.-----

-----O Senhor Vereador Francisco Maurício referiu que teve algumas dificuldades em comparar as taxas propostas com as anteriores e afirma que encontrou taxas novas, teve informação que as novas taxas apresentadas decorrem da lei.-----

-----Posto a votação Regulamento e Tabela de Taxas do Município de Almeirim, foi o mesmo aprovado por maioria, com cinco votos a favor da bancada do PS, o voto contra do Senhor Vereador Aranha Figueiredo e a abstenção do Senhor Vereador Francisco Maurício.-

-----O Senhor Vereador Francisco Maurício leu a declaração de voto que abaixo transcrevo e cuja cópia me entregou: "O MICA abstém-se de aprovar esta nova tabela de Taxas e Licenças, porque no actual contexto económico que vivemos, acha inconcebível os aumentos propostos.-----

-----Não existe qualquer disposição transitória que considere a crise que atravessamos de auxílio e apoio às iniciativas locais, nomeadamente na construção, no licenciamento comercial e na publicidade.-----

-----Já tivemos oportunidade de nos manifestarmos acerca das taxas de recolha dos Resíduos Sólidos, mas não são as únicas a sofrer aumentos. Esta proposta não tem o nosso voto contra, porque tem a virtude de clarificar junto dos nossos munícipes todas as taxas que este pratica, o que até agora não acontecia."-----

-----O Senhor Vereador Aranha Figueiredo declarou: "Á semelhança

do que tive a oportunidade de dizer quando discutimos, a Tabela de Taxas não está economicamente fundamentada, uma vez que a Câmara não tem Contabilidade analítica, e como tal não sendo possível desagregar-se os custos de cada operação, também não é possível que a Tabela de Taxas corresponda efectivamente aos custos dos serviços prestados, resultando daí injustiças relativas que se reflectem junto dos Munícipes do nosso Concelho."-----

-----O documento foi remetido à Assembleia Municipal.-----

-----ACTAS - Foram distribuídas por todos os Autarcas as actas das reuniões de vinte e nove de Março e cinco de Abril, ambas do corrente ano, para apreciação.-----

-----SENHAS DE PRESENÇA - Foram comunicadas à Repartição de Recursos Humanos da Autarquia, as presenças dos Senhores Vereadores na presente reunião de Câmara, para pagamento das senhas de presença.-----

-----Às onze horas e quarenta e cinco minutos foi encerrada a reunião.-----

-----E eu, _____, Assistente Administrativa desta Autarquia, elaborei a presente acta, que lavrei e subscrevi a qual vou assinar com o Senhor Presidente.-----

O Presidente da Câmara

A Assistente Administrativa
